CADERNOS PEDAGÓGICOS

PARA EQUIDADE RACIAL



CADERNO I:

EQUIDADE RACIAL NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

SEDUC
Secretaria de Estado da Educação

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Expediente

Ronaldo Ramos Caiado
Governador do Estado de Goiás

Daniel Elias Carvalho Vilela
Vice-governador do Estado de Goiás

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
Secretária de Estado da Educação

Helena da Costa Bezerra
Secretária-Adjunta de Educação

Alessandra Oliveira de Almeida
Diretora Pedagógica da Seduc-GO

Fátima Rossi
Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Osvany da Costa Gundim Cardoso
Superintendente de Ensino Médio

Elaine Machado Silveira
Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Cel. Mauro Ferreira Vilela
Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Rupert Nickerson Sobrinho
Superintendente de Atenção Especializada

Thayane Gabriele Oliveira Lima
Diagramação / Capa



Colaboradores:
Thayane Gabriele Oliveira Lima
Eliane Cristina Soares Leobas
Valéria Cavalcante da Silva Souza

APRESENTAÇÃO

Tornar a educação um ambiente respeitoso e amplo para todas vivências e realidades é um compromisso que deve ser refeito todos os dias, revisitado e impulsionado através da dedicação, estudo, formação e prática. Enquanto profissionais da educação, a formação de crianças, jovens e adultos perpassam nosso fazer profissional e pessoal, fazendo com que tenhamos oportunidade de contribuir para ambientes que valorizem as pessoas como um todo.

Apresentamos o “Caderno I: Equidade Racial nas Áreas do Conhecimento”, seu conteúdo servirá como uma porta de entrada para um início de ano, orientando nosso trabalho de maneira consciente, conectada com o propósito de tornar a educação cada vez mais equitativa.

Em consonância com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), fortalecendo ações que coloquem em prática a Lei n°10.639/2003, modificada pela Lei n° 11.645/2008, que alteram a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino sobre a cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e privadas.

Neste material você poderá compreender mais sobre os conceitos básicos relacionados a causa racial no Brasil, auxiliando nosso letramento e estudo, para que se torne mais fácil replicar dentro das unidades escolares.

Para além disso, você também terá acesso a informações que facilitam o trabalho dentro dos componentes curriculares existentes, a ideia aqui é abrir portas para que profissionais da educação tenham autonomia em adaptar e criar ações que pautem racialidade e etnia não só dentro dos componentes de humanas, mas que a partir de um trabalho interdisciplinar, possam atuar dentro da unidade escolar como um corpo só em movimento, com medidas que aconteçam de maneira contínua, conectada e correlacionada.

Por fim, desejamos a todos um bom ano letivo de trabalho, entendendo que o compromisso com uma educação equitativa e respeitosa é de todos nós.



Sumário

1. Raça e racismo 6
   1.1 Uma breve contextualização histórica 7
2. Papel da Escola na Redução das Desigualdades 10
   2.1 Marco Legal 12
3. Linguagens e suas Tecnologias: Contexto Geral.....14
   3.1 Língua Portuguesa 15
   3.2 Arte 16
      3.2.1 Sugestão de artistas: Música 17
      3.2.2 Sugestão de artistas: Artes Visuais 18
      3.2.3 Sugestão de artistas: Literatura 19
      3.2.4 Sugestão de artistas: Teatro.....20
      3.2.5 Sugestão de artistas: Dança.....21
   3.3 Educação Física 21
4. Matemática e suas Tecnologias 24
5. Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Contexto Geral 26
   5.1 Biologia 27
   5.2. Química 28
   5.3 Física 30
6. Ciências Humanas e suas Tecnologias: Contexto Geral.....31
   6.1 História 32
   6.2 Sociologia.....33
   6.3 Filosofia 35
   6.4 Geografia.....36
7. Divulgação de Ações: O que tem sido feito.....39
8. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas.....43
9. Conclusão 45

Referências Bibliográficas 46

1. Raça e racismo

Baseada em teorias do século XIX, raça era considerado apenas um conceito biológico, definido por características físicas hereditárias e semelhantes, desse modo, era postulado uma superioridade da "raça pura", a branca. É importante pontuar aqui que o conceito de "raça", incialmente, é criado para categorizar animais, o que em uma sociedade com múltipla e diversa se torna impossível de ser aplicado sem ser revisado.

O conceito de raça não possui um fundamento biológico concreto e aplicável aos seres humanos, é um conceito criado a partir da expansão europeia no século XV, na intenção de justificar ações desumanas para dominação e exploração de novos territórios.

Assim, atualmente, a raça vem sendo compreendida como uma construção social, histórica e política, atrelando características física, com vivências e experiências em sociedade, não apenas como um conceito biológico. A raça se torna um conceito principal para debater direitos e acessos dentro da sociedade, entendendo que grupos sociais são hierarquizados a partir de características fenotípicas[1].

Segundo o pesquisador e antropólogo Kabenguele Munanga[2] (2013), o conceito de raça que usamos hoje não tem nada de biológico, é um termo carregado de ideologia, fundamentado na relação de poder e dominação.

Compreender um ser humano em sociedade vai além daquilo que pode ser visto, é preciso considerar o corpo como um "continente de identidade", como expressa a autora Beatriz Nascimento (2018), considerando a história e a experiência de cada um em sociedade.

O conceito de raça está intrinsecamente ligado ao conceito de racismo, que é definido legalmente no Brasil pela Lei n° 7.716/1989 como "discriminação ou

[1] Fenótipo: características físicas e visíveis.
[2] Kabengele Munanga é um antropólogo e professor brasileiro-congolês. É especialista em antropologia da população afro-brasileira, atentando-se a questão do racismo na sociedade brasileira.

preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional". De acordo com o art. 5°, XLII da Constituição da República Federativa do Brasil, o racismo é definido como crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão.

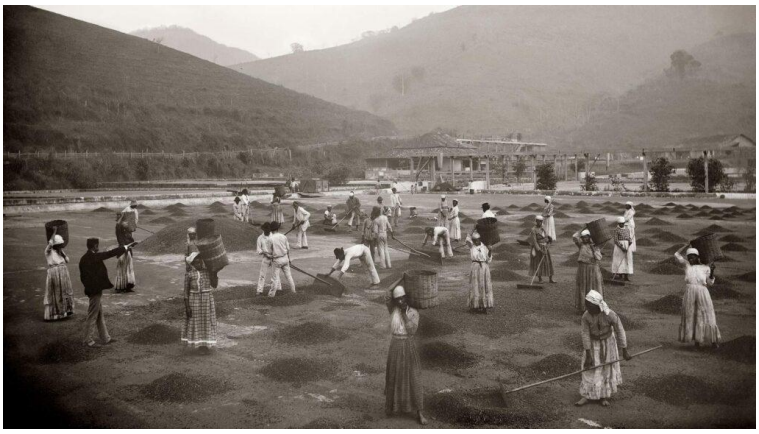
No ano de 2023 foi instituída a lei que equipara a injúria racial ao crime de racismo pela Lei nº 14.532/2023, o que eleva a pena para reclusão de dois a cinco anos e multa, além de tornar o crime imprescritível e inafiançável.

Na prática, a diferença de um crime de racismo e um de injúria racial se dá pelo critério da coletividade. Enquanto o racismo é o preconceito, ofensa, que atinge uma coletividade, discriminando toda integridade de uma raça, a injúria por sua vez parte da ofensa individual, referente a cor, raça, etnia, religião ou origem de alguém.

Além do marco legal, é importante que se tenha a compreensão de que racismo, apesar de ser caracterizado por um crime de preconceito racial, ele possui uma questão histórica de opressão, onde raças e etnias são destituídas de seus lugares de humanidade, desse modo, não é possível cometer racismo com raças que historicamente são designadas como superiores ou que estão ao longo dos anos em posição de poder.

1.1 Uma breve contextualização histórica

Retomar a história no estudo da questão racial no Brasil, é trazer para o presente as justificativas para a construção de uma sociedade cada vez mais equitativa e respeitosa. Não se é possível avançar quando não reconhecemos nosso passado.



Escravos em terreiro de uma fazenda de café. Vale do Paraíba – 1882. Disponível em: https://bahia.ws/cronologia-da-escravidao-no-brasil/. Acesso em: 11/11/2025

Vivemos em um país construído em cima de ações violentas com povos indígenas e populações negras. A colonização do Brasil foi pautada e feita a partir da violência com quem já residia no território do país. A busca por poder e dominação se deu ao longo de toda a história, fazendo com que essas pessoas subjugadas como inferiores, continuassem sendo vistas dessa maneira até os dias atuais.

Negros e indígenas tiveram suas histórias ceifadas, sendo escravizados e explorados durantes anos, de modo que até hoje seja possível enxergar na sociedade consequências e resquício desses violentos episódios.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravatura. Em 13 de maio de 1888 a Lei Áurea foi assinada, o que em tese seria o suficiente para extinguir a escravidão no Brasil, mas não foi isso aconteceu. A carta foi assinada, mas os direitos e acesso não foram pensados e nem cedidos para as populações escravizadas.

Desde a colonização, até o momento da teórica abolição marcam 388 anos. Entendendo que a abolição não se dá de uma hora para outra, até hoje são empenhados esforços para a equiparação de direitos entre aqueles que dominavam e aqueles que foram obrigados a servir.

É nessa estrutura desigual que se constitui a sociabilidade do negro no Brasil, de maneira histórica e sistematizada, que segundo Pires e Silva (2015) seria como:



> Uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma.” (PIRES e SILVA, 2015, p. 66)

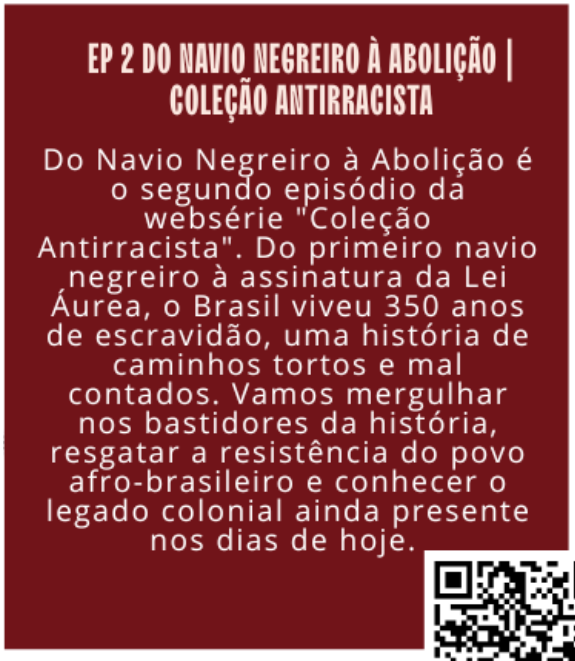
É dessa forma que o racismo se encontra enraizado, de maneira consciente ou não, no imaginário social brasileiro, na subjetividade dos indivíduos e na estrutura da sociedade, se concretizando no dia a dia em ações discriminatórias.

Tendo essa sequência de fatos históricos, o contexto brasileiro tem suas particularidades quando falamos de equiparação racial. Nosso movimento enquanto educadores é garantir que a escola seja um ente primordial na busca e garantia de direitos desses povos que por mais de 300 anos foram constantemente atacados.

A escravidão criou um sistema de poder que perpetuou a pobreza para determinados grupos sociais, construindo de maneira estrutural relações que se estabelecem de maneira desigual, fazendo com que a população atingida, negros, indígenas e quilombolas, tenham seus acessos historicamente negados.

De acordo com o Índice Folha de Equilíbrio Racial[3], o Brasil pode levar quase 116 anos para atingir a equidade e pessoas negras tenham os mesmos acessos que pessoas brancas. Quando se considera renda, demoraria cerca de 406 anos para que houvesse uma equiparação.

[4]É importante entender que racismo não se combate com boas intenções, mas sim com ações, políticas públicas e educacionais, com compromisso e continuidade. As ações públicas são necessárias para confrontar a estrutura racista, entendendo que o problema se concentra na base e não de uma forma apenas individualizada, representando um reconhecimento formal por parte do Estado pelos danos causados pela violação e exploração dessas comunidades.



[3] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/indice-folha-de-equilibrio-racial-ifer/ Acesso em: 10/11/2025

[4] Fonte: YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AP5FwuTsAtQ. Acesso em:11/11/2025.

2. Papel da Escola na Redução das Desigualdades

O racismo permeia os espaços individuais e coletivos, se consolidando como parte estruturante da nossa sociedade, permeando nossas relações interpessoais e profissionais.

Para construirmos uma sociedade igualitária é importante compreender qual a reponsabilidade que cada ente representa dentro da estrutura, e principalmente, qual papel desempenha na reprodução do racismo, para que dessa forma seja possível desenvolver estratégias eficazes de combate às desigualdades étnico-raciais.

A educação, representada aqui pela estrutura principal da escola, é considerada um espaço fundamental na sociedade, principalmente na formação dos seres humanos enquanto sujeitos críticos e pensantes. Desse modo ela se torna uma estrutura essencial no combate do racismo, é a partir dela que conseguimos desempenhar mudanças efetivas, entendendo que a construção de uma sociedade igualitária parte de uma educação antirracista.

Se é na escola que temos nossas primeiras socializações, que conhecemos e abrimos espaço para novos mundos e novas vivências, é nela que também conseguimos enxergar um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico e do ser humano, podendo ser um agente principal no que tange as desigualdades.

Dentro desse aspecto, a escola pode ser tanto uma instituição formadora de pessoas antirracistas, comprometidas com uma sociedade mais equitativa, bem como possuir influência suficiente para que, se mal administrada, também consiga ser um espaço de perpetuação das desigualdades.

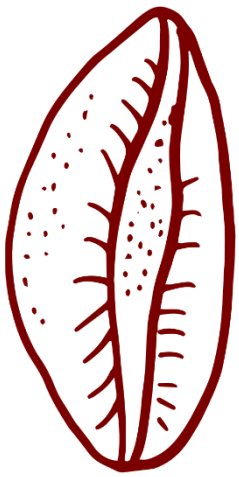
Sendo um espaço de construção coletiva, a escola tem que lidar com divergências de pensamentos e estratégias de atuação. Mas acima de qualquer viés pessoal, deve se um compromisso da escola a formação de seres humanos

comprometidos com uma sociedade que não promova nem dissemine preconceitos e a desvalorização de outros a partir de premissas individuais.

Deve ser um acordo de todos aqueles que constroem o espaço escolar, que esse espaço seja de acolhimento, escuta e questionamento. Quando falamos de preconceitos envolvendo etnia e raça, por muitas vezes aparecem questionamentos do tipo “Eu, professor branco, posso ser antirracista?”. A respostas é simples: deve.

Nesse questionamento, são levantadas muitas justificativas, como o medo ou o lugar de fala. É importante entender os aspectos que estão envolvidos no “lugar de fala”. Não podemos confundir lugar de fala com a representatividade nos espaços. Uma pessoa negra não é representada por uma pessoa branca, mas a pessoa branca pode formular sobre o racismo a partir da realidade que ela ocupa.

As pessoas que estão nas posições de poder e opressão não podem ser desresponsabilizadas, retiradas do local de ter que pensar e teorizar sobre as opressões. A pessoa negra fala a partir do seu lugar na sociedade, assim como a pessoa branca. Porém, se existem poucas pessoas negras em locais de visibilidade falando sobre suas demandas, é legítimo que exista uma luta para tal representatividade. (Ribeiro, 2017)



Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (Ribeiro, 2017, p. 48)

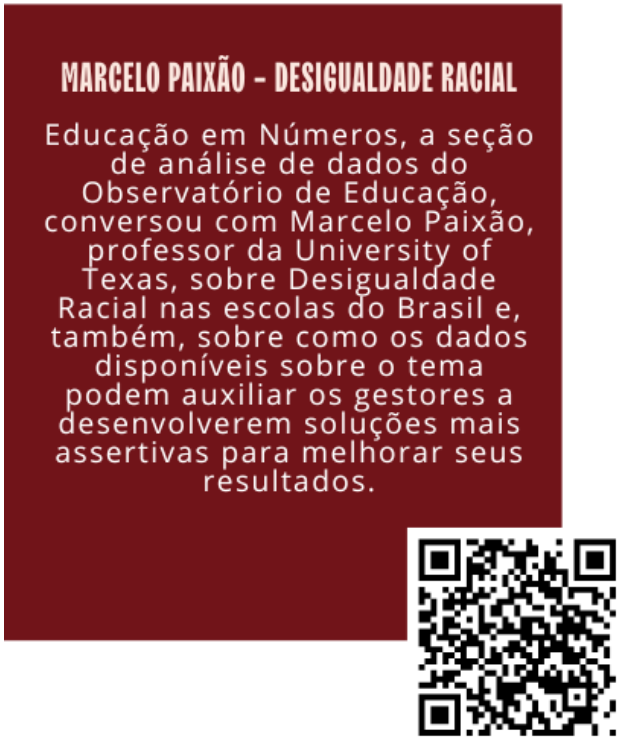
O conceito de lugar de fala não visa limitar quem pode falar, mas ampliar o debate entre aqueles que estão de fato comprometidos com uma construção de sociedade antirracista.

Trazendo para o Brasil, mais de 300 anos vividos em regime escravocrata faz com que a população negra e indígena experencie o racismo e o preconceito do lugar da exclusão e restringimento de direitos e oportunidades. Já as pessoas brancas vão vivenciar a partir do lugar de quem se beneficia da mesma opressão. Se após tantos anos a população negra ainda lida com as sequelas da escravização, é importante refletirmos como que as pessoas brancas ainda lidam com os benefícios desta mesma ação. (Ribeiro, 2017)

Como educadores, a neutralidade não é uma opção viável. O caminho são apenas dois: atuamos enquanto educadores antirracistas, com compromisso e criticidade ou atuamos em favor da disseminação dos preconceitos. A partir da nossa escolha definimos que escola teremos. Lutar contra o racismo não é tarefa unicamente da população negra e indígena, exigindo compromisso firme e desconstrução dos próprios privilégios.

2.1 Marco Legal

[5] Compreender na educação um lugar de construção antirracista não é meramente uma opinião. Os marcos legais surgem para estabelecer uma metodologia, mas principalmente reconhecer o processo histórico que pessoas negras, indígenas e quilombolas passaram e passam dentro da nossa sociedade.



A Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, inclui no currículo oficial da

[5] Fonte: YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uUQy4bsg6xE. Acesso: 11/11/2025.

educação básica, de modo obrigatório, o ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

No ano de 2008, cinco anos após este marco, temos a Lei nº 11.645, que acrescenta a questão indígena na temática, “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, estabelecendo a temática, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio, públicos e privados.

Para além das leis citadas, tanto as específicas para educação, como as leis que abarcam a temática racial, como a Lei Nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 e a Lei Nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023, que versam sobre o crime de racismo e injúria racial, existem diversos pareceres e resoluções acerca da educação para as relações étnico-raciais dentro da Educação Básica, que podem ser encontrados no site do Ministério da Educação.[6]

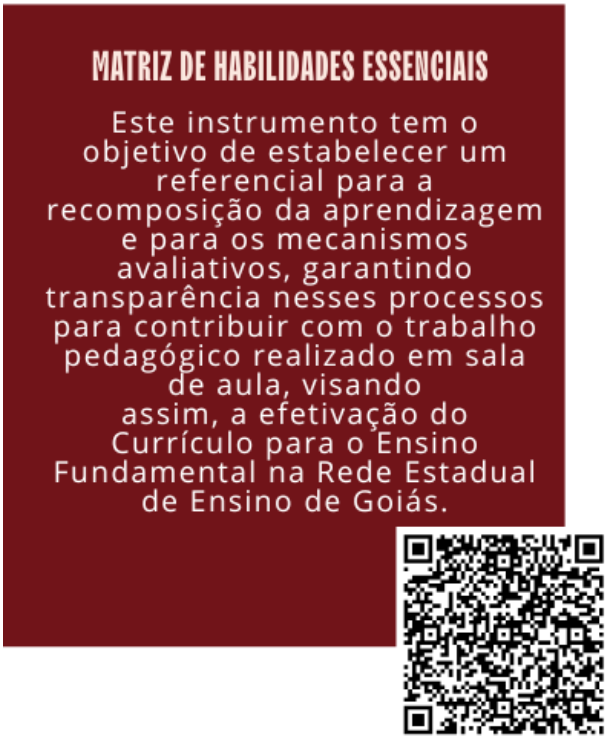
Quando abordamos as comunidades quilombolas e indígenas em específico, temos a Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica” e a Resolução Nº 5, de junho de 2012, que irá definir as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.”

A legislação faz com que as ações voltadas para a educação para relações étnico raciais e educação escolar quilombola não sejam feitas de maneira rasa, trazem legitimidade para a causa e para abordagem, refutando opiniões individualizadas, visões únicas de uma história. O marco legal valida e sustenta a nossa busca por uma educação cada vez mais equitativa.

[6] Ministério da Educação. Pareceres e Resoluções sobre Educação para Relações Étnico- Raciais. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais. Acesso em 04/12/2025.

3. Linguagens e suas Tecnologias: Contexto Geral

Neste capítulo abordaremos como a área de Linguagens e suas Tecnologias podem pensar em ações que norteiem o trabalho voltado para a educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola, adotando uma perspectiva antirracista.



Dentro do movimento de reorganização e construção, é importante revisitar os discursos e documentos, refletir sobre os efeitos e sentidos, entendo na língua a possibilidade de construir intervenções sociais.

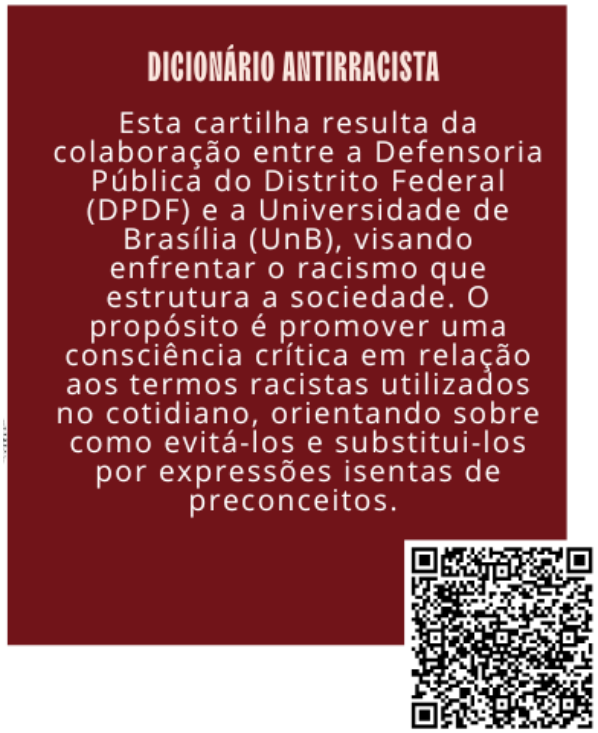
Na Rede Estadual de Goiás contamos com documentos e recursos que norteiam nosso trabalho, seja dentro da sala de aula ou fora dela. É interessante revisitar a Matriz de Habilidades Essenciais[7] da rede, que viabilizam e ditam o caminho a ser percorrido em relação ao conteúdo do bimestre. Essa ação faz com que nos exercitemos em pensar como incluir e abordar as relações étnico-raciais dentro do material que já temos.

Como professor das áreas envolvidas nas linguagens: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, as atividades étnico-raciais devem ser abordadas a partir de vieses que englobem as várias formas de comunicação e expressão, seja na leitura, escrita, pintura, música, teatro ou atividades físicas.

[7] Matriz de Habilidades Essenciais. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/18qn-W_Una6C-OWnX8fjH-zuaOJzR3Z66?fbclid=PAAaaH2D8KXDzEdrvYlDvi4EYgxzM8lareWlTej7T5yLIqnPlrkZ8H_6dW6RI. Acesso em: 05/12/2025.

3.1 Língua Portuguesa

As linguagens são responsáveis pelo modo que nos comunicamos e nos expressamos. Entender o racismo como parte estruturante da nossa sociedade é reconhecer na própria linguagem desafios para descontruir um vocabulário e modos de se expressar que não sejam estruturalmente racistas, “se o racismo estrutura o social, e, se a língua é uma estrutura, é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação.” (Bonfim, 2024, p. 10)



As possibilidades são diversas, dentro na Língua Portuguesa, é interessante abordar a temática étnico-racial dentro da literatura e escrita, conhecendo e abordando escritores negros brasileiros, suas trajetórias de vida, suas obras e suas vivências.

Para além disso, é interessante trabalhar expressões usadas no cotidiano, palavras que envolvem a temática racial, e principalmente, ações para construir um vocabulário cada vez mais antirracista.

Como sugestão para trabalhos, o “Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário”[8] produzido pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Universidade de Brasília (UnB), é um recurso que pode ser utilizado em trabalhos envolvendo a língua e linguística.

[8] Dicionário Antirracista: termos para eliminar do seu vocabulário. Disponível em: https://escola.defensoria.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/Dicionario-Antirracista-termos-para-eliminar-do-seu-vocabulario-v7-2.pdf. Acesso em: 08/12/2025.

3.2 Arte

Nossa proposta é exercitar a possibilidade de adaptação e o senso de criação dos professores dentro das unidades escolares. No componente curricular de Arte, é interessante que se faça um processo autorreflexivo daquilo que é levado para sala de aula e trabalhado com os estudantes.

Pensando sobre o Ensino Fundamental - Anos Finais, o conteúdo dentro do currículo de Arte, partindo da Matriz de Habilidades Essenciais da rede, é formado por habilidades que trabalham as expressões artísticas, correlacionando com as manifestações artísticas nacionais, regionais e tradicionais. No Ensino Médio não fugimos muito dessa temática.

Habilidades como: (GO-EF06AR03-A) Conhecer, reconhecer, analisar e valorizar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais, nacionais e universais, assim como as representações que estas fazem dos sujeitos, observando papeis de gênero e outros marcadores sociais, partindo de um olhar reflexivo que busque compreender como e porque as representações imagéticas e estéticas interferem nas identidades culturais; (GO-EF08AR25-A) Compreender e dialogar sobre o fenômeno teatral a partir de diferentes dimensões: estética, social, antropológica, ética, econômica, política e histórica; (GO-EF08AR33) Analisar os aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e a diversidade estética da arte. Servem para instigar a possibilidade de se trabalhar em sala as relações étnico-raciais, contribuindo diretamente para uma educação antirracista; (EM13LGG602) Fruir e apreciar esteticamente diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, assim como delas participar, de modo a aguçar continuamente a sensibilidade, a imaginação e a criatividade.

Outro exercício que pode ser feito, é a ampliação do olhar e do estudo através da trajetória e das obras de artistas negros e indígenas. Para isso, segue algumas sugestões de artistas a serem trabalhados.

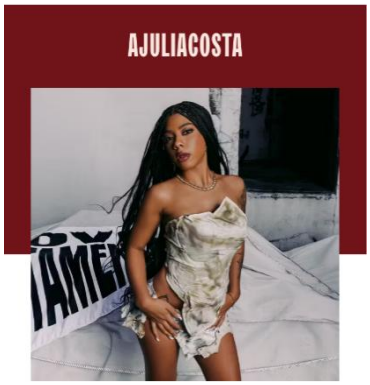
3.2.1 Sugestão de artistas: Música



Kaê Guajajara – É uma cantora, compositora, atriz e ativista indígena brasileira. Suas músicas abrangem o estilo de hip-hop, dance e eletrônica. Nascida em 10 de agosto de 1993, em Mirinzal no Maranhão, a artista também é fundadora da Azuruhu, selo musical voltado ao desenvolvimento de artistas indígenas.



Emicida – É um rapper, cantor, compositor e apresentador brasileiro. Leandro Roque de Oliveira, conhecido como Emicida, nasceu em 17 de agosto de 1985, em São Paulo. Considerado uma das revelações do hip hop na década de 2000, seu nome é a fusão da leitura da sigla “MC” (emici) e do sufixo latino “-cida”.

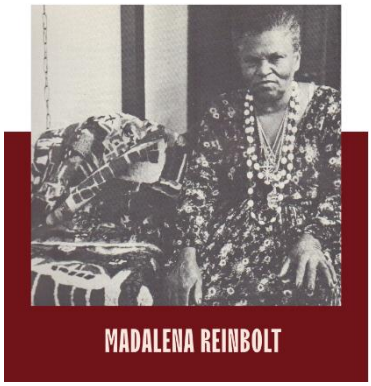


Ajuliacosta – É uma rapper, cantora, compositora e empresária brasileira. Nasceu em 26 de novembro de 1999, em Mogi das Cruzes, São Paulo. Perpassando os estilos R&B, Soul e o Hip Hop, é considerada um dos destaques da nova geração do rap nacional.

3.2.2 Sugestão de artistas: Artes Visuais



Maxwell Alexandre – É um artista contemporâneo nascido e criado na favela da Rocinha no Rio de Janeiro em 1990. Vencedor do Prêmio PIPA 2020, indicado em 2019 e 2020 e Membro do Comitê de indicação do PIPA 2021, graduou-se em design na PUC-Rio, no ano de 2016. Maxwell considera suas obras orações e seu ateliê seu templo.

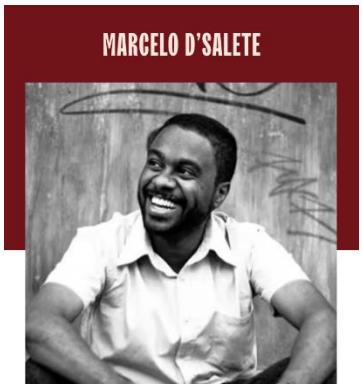


Madalena Reinbolt– Foi uma pintora, bordadeira e artista autodidata brasileira. Nasceu em 14 de setembro de 1919, em Vitória da Conquista, Bahia. Faleceu em 1977 em Petrópolis, no Rio de Janeiro com 58 anos. Trabalhava com tapeçarias conhecidas como “pinturas com lã”, retratando cenas rurais de sua infância.

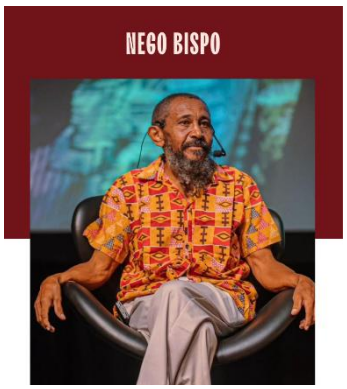


Gustavo Caboco – Artista indígena nascido em Curitiba, Roraima em 1989, Gustavo é artista Wapichana e sua produção é a partir de desenho-documento, pintura, texto, bordado, animação e performance, propondo formas de refletir sobre deslocamento de corpos indígenas e retomadas da memória.

3.2.3 Sugestão de artistas: Literatura



Marcelo D'Salete – É um quadrinista, ilustrador e professor brasileiro. Mestre em história e design gráfico, trabalhou como ilustrador para editoras de livros. Nascei e, São Bernardo do Campo, São Paulo, em 1979. Suas obras mais famosas são "Angola Janga" e "Cube", recebendo o Prêmio Jabuti de Histórias em Quadrinhos.



Nego Bispo – Foi um filósofo, poeta, escritor, professor e líder quilombola. Considerado um dos maiores intelectuais do Brasil, Antônio Bispo dos Santos nasceu em 10 de dezembro de 1959, em Francinópolis no Piauí e faleceu em 3 de dezembro de 2023, em São João do Piauí, Piauí, aos 63 anos. Em suas sobras refletiu problemas contemporâneos a partir das experiências quilombolas.



Conceição Evaristo – É uma linguista e escritora brasileira, com uma carreira como pesquisadora-docente universitária. Nasceu em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais, hoje é considerada uma das mais influentes literatas do movimento pós-modernista no Brasil, com os gêneros da poesia, romance, conto e ensaio.

3.2.4 Sugestão de artistas: Teatro



Luiz Antônio Pilar – É diretor, produtor de cinema, teatro e TV. Nasceu em 29 de outubro de 1960, na cidade do Rio de Janeiro. Recebeu o Prêmio Shell de Melhor Direção pela produção do musical “Leci Brandão – Na Palma da Mão”.



N1 Edições: Teatro e os Povos Indígenas – Um Projeto de publicação semanal com textos de convidados de várias regiões do Brasil abordando as relações entre o teatro e os povos originários. Os textos são escritos por artistas indígenas, ou de forma compartilhada entre parceiros indígenas e não indígenas.



Renata Felinto – É uma performer, artista plástica, educadora, escritora, ilustradora e pesquisadora brasileira. Nasceu na cidade de São Paulo, em 1978. Suas obras são fundamentadas na questão da identidade negra feminina, questionando construções estéticas e culturais.

3.2.5 Sugestão de artistas: Dança



Arielle Macedo – É dançarina e coreógrafa, nascida em 19 de agosto de 1989, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Com mais de 10 anos como dançarina profissional, coreografou para grandes artistas e é coreógrafa fixa da cantora Anitta.



Zaila B. – É coreógrafa, MC, dançarina e modelo do estado de São Paulo. Atualmente compõe o balé da cantora Urias, mas também constrói coreografias para diversas outras artistas.



Ingrid Silva – É uma bailarina brasileira, nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1988. Iniciou no balé aos 8 anos por meio de um programa comunitário chamado “Dançando Para Não Dançar”, no morro da Mangueira. Atualmente se apresenta no Dance Theatre of Harlem em Nova York.

3.3 Educação Física

Dentro das práticas e estudos desportivos, a cultura negra historicamente esteve muito presente. A capoeira, atletismo, futebol e diversos outros esportes

popularmente conhecidos fazem parte ou são permeados pela cultura negra, da movimentação e construção da identidade negra dentro da sociedade.

A educação física possibilita um fortalecimento da construção da identidade, além disso pode ser um grande recurso quando falamos de educação antirracista, trabalhando a diversidade das ações que acontece em cada povo e etnia, bem como esportes que se constroem e trabalham a partir coletividade.

> Por meio destas práticas, eles têm que aprender sobre a lógica daquela prática e sobre o outro, pois não há como responder a um movimento sem observá-lo e entender qual o melhor caminho para resposta. Para tanto, é preciso compreender a filosofia, a história, o sentido e significado implicado naquela prática corporal, bem como a maneira que meu oponente e, ao mesmo tempo, parceiro constituiu seus saberes na perspectiva das relações étnico-raciais, estabelecendo uma maior dialogicidade. (Boulitreau, 2024, p. 20)

Para além da teoria, na demonstração prática, é interessante apresentar para os estudantes os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), que surge no Brasil em 1996, com sua primeira edição no município de Goiânia- GO, contando com a participação de cerca de 400 atletas de 29 etnias diferentes. Os jogos acolhem aproximadamente 24 países do mundo em torno de 16 modalidades. Uma iniciativa que parte do mesmo princípio são os Jogos Interculturais promovidos pela Secretaria de Estado e Educação de Goiás (SEDUC/GO). Anualmente os estudantes das escolas quilombolas, do campo e indígenas, têm a oportunidade de vivenciar um momento desportivo voltado para a interculturalidade.

Dentro do Capítulo I do documento norteador dos jogos, justifica-se:

Artigo 1º – Os Jogos Interculturais têm a finalidade de promover a diversidade étnica e cultural, incentivando o intercâmbio entre diferentes comunidades, especialmente as quilombolas e indígenas. Essa iniciativa busca não apenas valorizar e preservar as tradições e valores dessas culturas, mas também fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade dos participantes.

Artigo 3º – Os Jogos Interculturais têm como objetivo promover o intercâmbio esportivo e cultural entre etnias, bem como fomentar o esporte socioeducacional como identidade das culturas quilombolas e indígenas, voltado à promoção da cidadania, integração e resgate aos valores tradicionais. (Regulamento Geral e Específicos dos Jogos Interculturais, 2025)









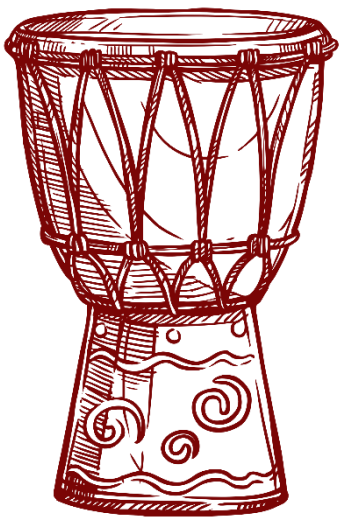
(Fonte: Acervo Pessoal. Jogos Interculturais 2025 – SEDUC/GO)

4. Matemática e suas Tecnologias

Enquanto profissionais da educação, podemos construir em nossos estudantes um pensamento crítico, que questione e crie soluções para problemas e questões sociais, potencializado neles o desejo pela tranformação social, justiça e equidade em todos aspectos da vida. Para que isso aconteça, a própria escola deve oportunizar espaços de debates e construções, coletivas e individuais, que pensem as relações étnico-raciais.

Compreendendo que os debates educacionais permeiam toda unidade escolar, as aulas de Matemática e Suas Tecnologias não ficam de fora desse processo de criação de um espaço de aprendizagem equitativo. Na matemática conseguimos viabilizar o movimento dialético da teoria e da prática, é nela que construímos reflexões, analisamos dados, pensamos estatísticas e planejamos ações estratégicas.

Uma das possibilidades de valorizar as culturas e diversificar as aulas dentro da Matemática é a etnomatemática, que explora e reconhece saberes culturais como uma forma de ciência, admitindo que um saber, como o da matemática padronizada, não impede a existência de outros.



Se os professores mostrarem que, durante a história da humanidade, existiram diferentes formas de contar, com diferentes bases numéricas, eles já estarão evidenciando que o desenvolvimento da Matemática não foi linear e que o conhecimento também é influenciado pelas diferentes culturas.

Uma abordagem pode ser a partir do povo Guarani, cuja a principal base da contagem é o cinco. Esse fato está relacionado com um padrão reconhecido por eles no caule da

mandioca, alimento importante para as culturas indígenas. (Nova Escola, 2023)

A etnomatemática conecta a matemática formal com os saberes matemáticos presentes na cultura e no cotidiano dos estudantes, como a construção, as tranças e as formas de tecidos africanos.

Habilidades voltadas para interpretação de dados e situações econômicas e sociais envolvendo a variação entre grandezas, pesquisando e analisando gráficos para avaliar situações relativas ao cotidiano, como a habilidade GO-EMMAT101A, apresenta uma oportunidade de aplicação afrocentrada. Os estudantes podem ser desafiados a compreenderem em seu dia a dia situações como falta de saneamento, dificuldade de mobilidade, racismo ambiental e desigualdade de renda.

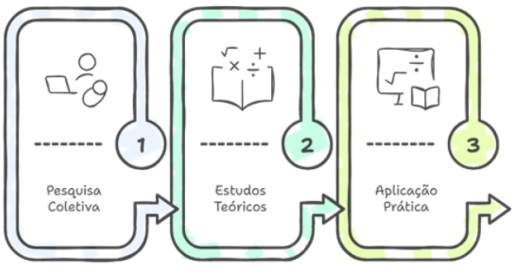
Como sugestão de abordagem em sala de aula, contamos com a contribuição do professor de Matemática do Colégio Estadual Quilombola Kalunga Mãe França, Hélio Rodrigues dos Santos:

ATIVIDADE 1 – MATEMÁTICA NO COTIDIANO

EIXO: Números e operações/Grandezas e Medidas
ABORDAGEM: Etnomatemática-Dimensão pedagógica

Trabalhar a partir da Etnomatemática pode ser constituído a partir de três movimentos: pesquisa coletiva (estudantes e anciãos protagonistas), estudos teóricos (conhecer o objeto para compreender as suas dimensões) e aplicação prática (envolver anciãos e estudantes para fazer as práticas socioculturais), conforme o esquema abaixo.

Figura 1 – Movimentos práticos para estudos alinhados a Etnomatemática



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

1. Pesquisa

Os estudantes realizam uma gama de investigações na comunidade/cidade (família, vizinhos, trabalhadores locais, motoristas, pedreiros e etc) para identificar situações em que a Matemática é utilizada no dia a dia, como:

- Medidas usadas em plantações, construções, culinária ou artesanato; Uso de dinheiro em feiras, trocas ou vendas informais.

A pesquisa pode ser feita por meio de:

- Entrevista simples; Registro escritos ou fotográficos; Relatos orais em sala.

2. Estudo teórico

Em sala de aula, o professor pode sistematizar os dados coletados e relacionar aos conceitos matemáticos formais como:

- Sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Medidas de comprimento, massa ou capacidade.
-

Nesse momento, discute-se a Etnomatemática como um campo que reconhece as múltiplas formas de produzir conhecimento matemático valorizando os saberes locais.

3. Aplicação prática

Os estudantes resolvem situações problema baseados nos dados reais da pesquisa, por exemplo:

- Calculo de quantidades usadas em receitas tradicionais; Conversão de medidas informais para medidas padronizadas; Simulação de compra e venda em uma feira comunitária; Simular o uso de artefatos desenvolvidos pelas comunidades negras

Por fim, finalize com os estudantes com um pequeno questionário com apenas uma palavra ao qual poderão colocar ao campo: Bom, Regular, Ruim.

Para mais aulas contextualizadas como essa

5. Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Contexto Geral

O estudo das Ciências da Natureza e suas Tecnologias dentro do contexto da educação antirracista, permite descontruir o campo da ciência que é considerado como neutro, combatendo principalmente as diversas formas de racismo científico.

Conforme a Lei 10.639/03 e a 11.645/08, é possível utilizar do currículo das ciências para valorizar culturas afrobrasileiras e indígenas, abordando temas como genética, questões sociocientíficas e ambientais, reconhecendo a contribuição de populações quilombolas, indígenas e negras para a construção do conhecimento e preservação da natureza, relacionando o desenvolvimento científico com a história, mostrando o papel crucial que essas comunidades tiveram e têm.

A Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)[9] desenvolve o "Projeto Afrocientista"[10], que "é uma iniciativa [...] em parceria com o Instituto Unibanco e o Ministério da Educação (SECADI/MEC), que tem como objetivo promover a iniciação científica de estudantes afro-brasileiros/as do ensino médio da rede pública de ensino, fortalecendo suas trajetórias acadêmicas e sua atuação cidadã."



[9] Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). Disponível em: https://abpn.org.br/. Acesso em: 10/12/2025.
[10] Projeto Afrocientista. Disponível em: https://abpn.org.br/afrocientista/. Acesso em: 10/12/2025.

As Ciências Naturais têm a possibilidade de construir uma abordagem decolonial, cada vez mais inclusiva e reflexiva, desconstruindo as narrativas eurocêntricas, transformando a sala de aula em um lugar de conhecimento amplo e respeitoso. Nesse movimento, é importante revisar os currículos, materiais didáticos, atividades e métodos de avaliação que estamos utilizando dentro do processo ensino-aprendizagem, atrelar outros tipos de ciências nesse processo, como medicinas orientais, saberes ancestrais indígenas, rompem com o processo de hegemonia e proporciona aos estudantes o movimento de se reconhecerem dentro dos estudos.



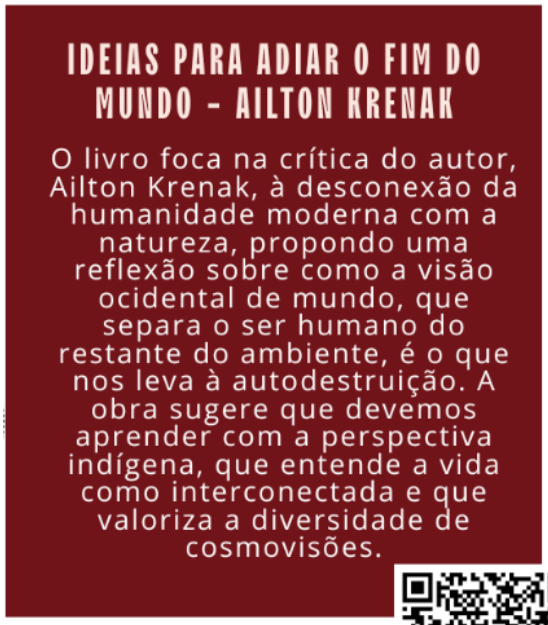
> Ao reconhecer e respeitar diferentes perspectivas, os educadores podem desempenhar um papel crucial na formação de uma geração de estudantes conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um conhecimento mais equitativo e representativo. (Barros, 2024, p. 10)

Estabelecer um diálogo que é pautado na interculturalidade, valoriza diferentes formas de conhecimento, sendo capazes de descontruir hierarquias separatistas e excludentes presentes historicamente na nossa sociedade.

5.1 Biologia

Entende-se a escola não mais como um ambiente em que unicamente o professor explica e o estudante recebe. A escola se tornou o espaço de transformação, de construção coletiva de seres humanos críticos e autônomos, capazes de promover transformações sociais, principalmente pautados no respeito e no cuidado.

Historicamente construído a partir de uma visão eurocêntrica, hegemônica e racista, a biologia de modo geral é um dos ambientes mais propícios de construir aulas antirracistas, principalmente pensando na construção da ciência como algo coletivo e multicultural. Pensar negritude na abordagem da genética, a preservação do meio ambiente pelos povos do campo, das águas e das florestas ou até a fauna e flora de territórios africanos, as possibilidades são diversas e múltiplas.



Outra ação interessante, seria mapear instituição e projetos que trabalhem a biologia e a racialidade para fazer ações em parceria, trazer novos cientistas, biólogos negros e indígenas para sala da aula, abordando sua trajetória e suas pesquisas.

O exercício de tornar nossas aulas um espaço de construção antirracista começa no nosso agir, baseado e estruturado legalmente. É encontrar na revisão de nossos métodos e metodologias a possibilidade de tornar nossa sala de aula um ambiente de inclusão intercultural, equidade e potência.

5.2. Química

Dentro da química, é interessante refazer o processo de verificar as habilidades trabalhadas dentro de cada fase e adaptar os conteúdos, enegrecendo os currículos e diversificando as formas de aplicação.

Para avançarmos nessa discussão dentro de outros componentes curriculares que não sejam as Ciências Humanas, é importante que professores comprometidos com a educação para a relações étnicos raciais articulem o movimento dentro de seu espaço de trabalho, de modo que comprometidos com o

fim da exploração e desigualdades, façamos da escola um espaço intencional de transformação social.

Rhaysa Terezinha Gonzaga e Fábio Peres Gonçalves, versam sobre o estudo de Química e as educação para as relações étnico-raciais, e em seu artigo “A Educação para as Reações Étnico-Raciais no Ensino e na Formação de Docentes de Química: Implicações do Campo de Estudos Sobre a Branquitude” (2024)[11], abordam diversas possibilidades de se questionar a estrutura eurocêntrica e colonial que ainda são utilizadas no estudo das ciências.

Em seu artigo, os autores discorrem sobre diversos escritores e estudiosos químicos que abordaram a negritude dentro de seus estudos, servindo também como inspiração para que nós educadores, e principalmente educadores do componente de química, levem para suas salas de aula e ambientes de trabalho.

Eles citam diversos trabalho, entre eles os de: “Verrangia (2014), sinalizam a importância de se refletir acerca do papel das Ciências Naturais na construção de relações étnico-raciais injustas; Francisco Junior (2008) aponta como uma perspectiva o estudo do conhecimento químico no processo de embalsamar corpos no Egito Antigo ou o desenvolvimento de fornos de altas temperaturas, essenciais para a produção de vidro, cerâmicas e ligas metálicas, antes de a Europa ter esse conhecimento; Silva e Pinheiro (2019) advogam em favor da abordagem, no Ensino de Química, da biografia e das contribuições científicas de químicas/os negras/os do século XX;” (Gonzaga; Gonçalves, 2024)

Tornar o estudo da Química também um espaço de inserção de questões cotidianas dos estudantes, como raça, etnia, gênero e classe, faz com que a compreensão das desigualdades seja um motivo de luta por transformação social e por mudança.

[11] A Educação para as Reações Étnico-Raciais no Ensino e na Formação de Docentes de Química: Implicações do Campo de Estudos Sobre a Branquitude. Disponível em: https://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc46_3/03-EA-43-23.pdf. Acesso em: 11/12/2025.

5.3 Física

Na tentativa de que as ciências naturais não seja apenas mais uma área de perpetuação de racismo e preconceitos, devemos nos questionar “No ensino da Física, de fato só temos homens brancos?”

Ao abordar etnofísica e etnociência, por exemplo, podemos nos questionar sobre qual força necessária para se pescar com lança? Ou quais conhecimentos necessários para atirar de arco e flecha? Na termodinâmica, podemos pensar na escravização de corpos negros e a exploração para a produção da cana de açúcar e do café.

No artigo “Integração da Física e Cultura no Ensino: Perspectivas e Projeções na Busca pela Etnofísica” (2023)[12] de Estéfano Vizconde Veraszto e Felipe Guimarães Carneiro, os autores entendem que:



Se apresentada de maneira acessível, com exemplos próximos a realidade vivida pelos estudantes, a física pode contribuir diretamente para a formação de uma sociedade equitativa, a partir de uma cultura que preze por uma ciência participativa e não excludente, se ligando diretamente com a maneira que interagimos com o território em que vivemos.

[12] Integração da Física e Cultura no Ensino: Perspectivas e Projeções na Busca pela Etnofísica. Disponivel em: https://www.researchgate.net/publication/375957508_Integracao_da_fisica_e_cultura_no_ensino_perspectivas_e_projecoes_na_busca_pela_etnofisica. Acesso em 11/12/2025.

6. Ciências Humanas e suas Tecnologias: Contexto Geral

Para trabalhar questões étnico-raciais de modo geral, as pessoas já leem e entendem que essa função está unicamente designada aos profissionais das Ciências Humanas. Esse movimento se dá pelo caráter social que a pauta trás, mas ao mesmo tempo, tratar questões raciais como exclusivamente pauta social é um equívoco tremendo da nossa parte enquanto profissionais da educação.

Todo o espectro que envolve trabalhar com raça, etnia, cultura, gênero e áreas correlacionadas, vai além de uma perspectiva social, envolve como já abordado neste caderno, questões econômicas, científicas, ambientais e matemáticas.

A partir do momento que se compreende o racismo como um problema estrutural e estruturante da nossa sociedade, moldado e criado de maneira histórica, chegamos à conclusão de que estamos falando de uma questão que perpassa todas as esferas da vida em sociedade.

Dentro das Humanidades (História, Sociologia, Geografia e Filosofia), vamos abordar aspectos sociais, de território, as sociabilidades, sem dissociar das outras áreas, já que se falamos de território (geografia) majoritariamente e historicamente pretos como as periferias (história, sociologia e filosofia), lidamos diretamente com análise de dados (matemática), com o modo que as casas se estruturam de maneira vertical (física), com o saneamento básico e tratamento de água (biologia e química), com a produção de arte que advém desses espaços (arte), bem como a criação de gírias e modos de se comunicar (língua portuguesa).

Entende-se então a partir deste exemplo que as áreas de aprendizagem estão correlacionadas e devem por assim dizer, trabalhar de formar interdisciplinar, todas comprometidas com uma educação crítica e transformadora.

6.1 História

Dentro da temática étnico-racial, a história é uma das mais cotadas para a realização dos trabalhos e ações voltadas para a discussão do tema. Apesar da necessidade de outras áreas de conhecimento se apropriarem e enegrecerem seus conteúdos, os professores de história têm uma função primordial nesse processo.

Quando abordamos por exemplo a história do Brasil, é fundamental nos debruçarmos nos processos raciais vivenciados durante a constituição do nosso país. Desde 1500 com a colonização do Brasil e não com o "descobrimento" dele, reiterando a existência de povos indígenas aqui muito antes da chegada dos portugueses. Estabelecer um olhar para o processo de escravização que vá além do econômico, que enxergue a exploração e usurpação de corpos negros, que problematize o processo de abolição enxergando a falta de direitos e de seguridade social para aqueles recém "libertos", superando a ideia da "bondosa princesa Isabel".

As aulas de história são a oportunidade de se reescrever a história no cotidiano dos estudantes. Só se constrói um futuro diferente quando conhecemos de fato o nosso passado e nos apropriamos dele. É esse o movimento que devemos instigar dentro das nossas salas de aula, comprometidos com um ensino da história fidedigno, que valorize e honre nossa cultura e nossos ancestrais.

Tanto a Lei nº 10.639/03 e a 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, respectivamente, em todas as escolas do Brasil, do ensino fundamental ao médio, em escola públicas e privadas, norteiam e sustentam nosso trabalho dentro da escola, dando veracidade e vazão para ações realizadas no âmbito educacional que visem a construção de uma educação antirracista e equitativa.

É preciso traçar outros caminhos que não contem apenas uma única história sobre povos indígenas, populações negras e quilombolas. Em seu discurso para o

TED Talks, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie versa sobre os perigos de uma única história[13].



> Então é assim que se cria uma única história. Mostre o povo como uma coisa, repetidamente e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre uma única história sem falar de poder [...] como são contadas, quem as contam, quando contam e quantas história são contadas. Tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas fazer a história definitiva daquela pessoa. (TED - Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história, 2009)

Para não criar uma única história sobre algo ou alguém, é preciso nos permitir conhecer várias. Quando assumimos que todas as histórias têm mais de um lado, encontramos aí a possibilidade de construir um espaço cada vez mais acolhedor.

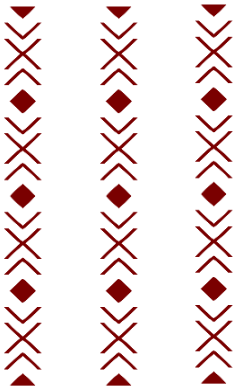
6.2 Sociologia

Como a ciência que estuda a sociedade e as relações humanas, a Sociologia analisa as estruturas sociais, as instituições, comportamentos coletivos e fenômenos sociais, como trabalho, política, cultura e desigualdade.

A Sociologia tem um aspecto que a difere das outras ciências, que é a sua relação com o objeto estudado. Não existe uma separação entre o que se estuda e o que se é, essa fronteira de separação se constrói de uma maneira menos delimitada.

[13] Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg. Acesso em 12/12/2025.

O contexto social de quem produz, determina o local de fala e a perspectiva usada na hora da produção.



> Assim, faz-se necessário pensarmos criticamente a nossa práxis pedagógica e as teorias ensinadas, entendendo suas potências e limitações a partir dos contextos específicos de seu desenvolvimento e difusão. Nossa área de conhecimento não está isenta dessas influências, ainda que não possamos reduzi-la a isso. Por outro lado, uma das características de toda construção científica é a postura crítica de quem a produz. (Bispo, 2024, p. 5)

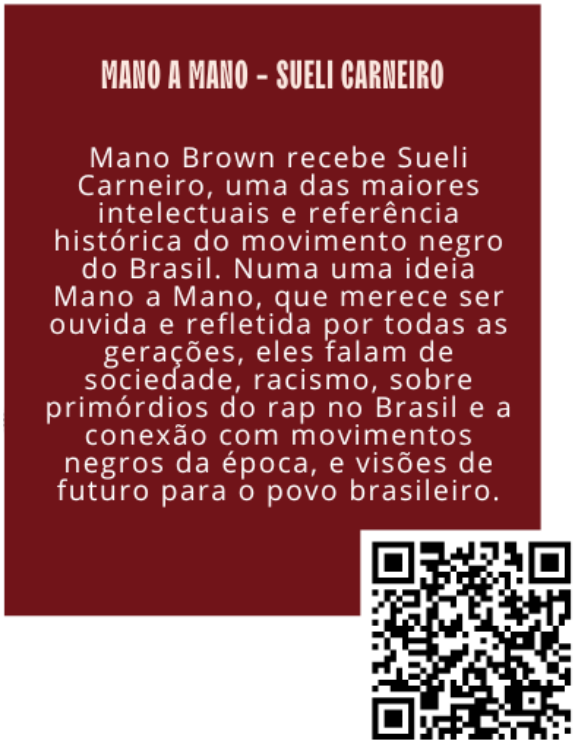
Nesse processo de questionar o espaço, a comunidade escolar e nossos estudantes sobre quem são, de onde vem e onde estão localizados, é parte fundamental na criação de uma educação mais equitativa, e esse tipo de discussão pode e deve entrar dentro das salas de aula de sociologia.

Um dos passos importantes na desconstrução dos currículos é a adoção de autores que debatam a questão social que não tenham a visão única da história. É preciso adotar, estudar e apresentar a nossos estudantes autores negros, indígenas e mulheres. Lélia Gonzales, Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Ailton Krenak, Nêgo Bispo e Luiza Bairros, são autores que se propõem a enxergar a sociologia através de um outro viés, que historicamente foi excluído e marginalizado.

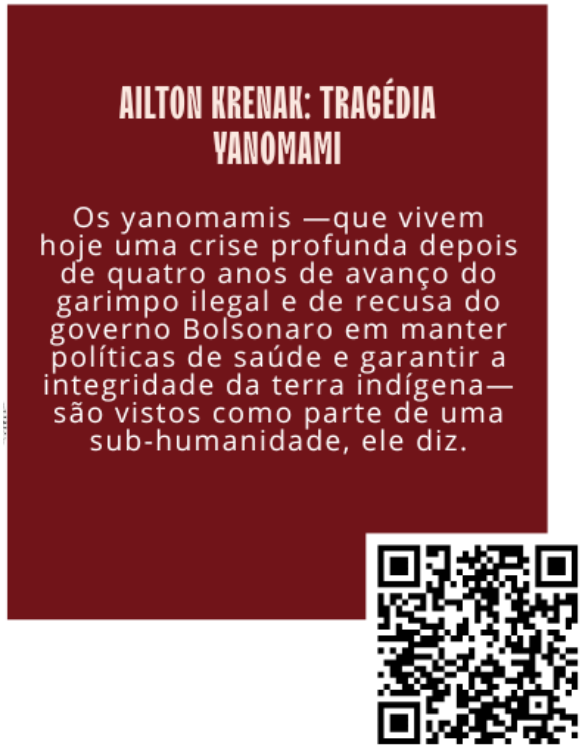
Em uma abordagem mais didática, temos o livro “Amoras”[14] do cantor e rapper Emicida, que trabalha a questão racial de uma maneira mais leve e direta com crianças.

[14] Amoras – Emicida. Disponível em: https://aprendizagemcriativa.org/sites/default/files/2023-12/amoras-emicida-afrocentrica.pdf. Acesso em: 12/12/2025.

O rapper Mano Brown, conhecido por compor o grupo Racionais MCs, em seu podcast disponível no spotify intitulado “Mano a Mano”, se propõe desenvolver debates que pautam a sociedade e as questões raciais, de desigualdades e direitos.



No podcast intitulado “Ilustríssima Conversa” Ailton Krenak discursa no episódio “Ailton Krenak: Tragédia Yanomami”, sobre como o clube da humanidade não é para todos, não acreditando na concepção de que todas as pessoas são iguais. Ele pauta as diversas formas de violência que os povos indígenas enfrentam desde a colonização.



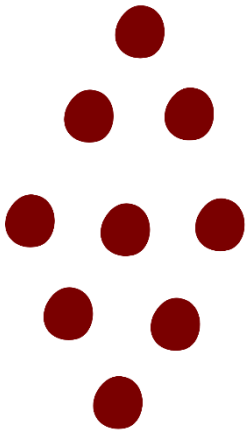
Enquanto sociedade, principalmente como educadores, temos a função legal de enxergar nos nossos estudantes potencialidades. É entender que onde muitos enxergam o “não lugar”, nós enxergamos o lugar de muita gente.

6.3 Filosofia

Na Filosofia podemos refletir e repensar a sociedade e o modos que operamos dentro dela, considerando os fatores estruturais e estruturantes, como o racismo por exemplo. Compreendendo de onde e como ele se constrói, quem atinge e principalmente por qual caminho podemos combatê-lo.

Ao pensar uma educação antirracista, entendendo a interdisciplinariedade das Ciências Humanas e como elas se entrelaçam, na Filosofia contamos com pensadores que ajudam a nortear a construção de uma educação cada vez mais alinhada aos princípios equitativos de transformação social.

A escritora bell hooks[15], uma filósofa e escritora negra, em sua obra "Ensinando a Transgredir" (2017)[16], pauta a importância de se construir um ambiente educacional em que o estudante consiga ter autonomia e se torne protagonista do seu aprendizado.



> A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (hooks, 2017, p.273)

Compreender a educação e o espaço da escola como um recurso para a liberdade dos nossos estudantes, é acreditar que o processo ensino aprendizagem é capaz de abarcar questões que vão além do currículo pré-determinado. E como bem diz bell hooks, isso só será possível a partir do momento que nós enquanto educadores acreditarmos no processo.

6.4 Geografia

Historicamente, vivemos uma exclusão e negligência em relação aos debates das ciências e literaturas étnico-raciais, porém com a implementação de leis e a

[15] bell hooks (Gloria Jean Watkins) é amplamente reconhecida como uma filósofa, teórica feminista, escritora, ativista antirracista e professora estadunidense.
[16] Ensinando a Transgredir. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/pibid/files/2021/01/ensinando-a-transgredir-bell-hooks-2017.pdf. Acesso em 12/12/2025.

necessidade visível de se trabalhar a temática, tem se ampliado a visão em relação a epistemologias negras.

Dentro da geografia, o conceito de território é um dos mais abordados e é por onde podemos começar a enegrecer e dar forma a nossas aulas antirracistas. Dentro da ciência geográfica, território



> É considerado como uma delimitação no espaço que oferece garantia para pessoas e instituições, interação e apropriação de uma determinada parcela do espaço. Portanto, todo ser que se relaciona com o espaço está inserido em um território. Por isso, há uma reverberação de vivências e experiências desses sujeitos de forma que, independente da classe, do gênero, da cor/etnia, estão compartilhando o mesmo espaço, mas em territórios diferentes. (Ferreira, 2024, p. 13)

A compreensão de que trabalhar território é trabalhar história e ancestralidade, nos impulsiona a voltar nossos olhares para territórios indígenas, negros e quilombolas. Nesse processo, para além de estudar esses espaços, é preciso principalmente, estudar sobre as formas de apropriação e uso desses locais, como as violências praticadas por anos, que continuam reverberando atualmente.

Quilombos, aldeias, favelas, territórios compostos majoritariamente por uma população historicamente marginalizada, negros, indígenas e quilombolas, carregam histórias e modos de viver e sobreviver únicos, bem como consequências diretas de exploração.

Outro conceito que também podemos abordar nessa busca por uma educação antirracista é o racismo ambiental, ele pode ser caracterizado como:



> [...] a inacessibilidade a recursos naturais e exclusões na tomada de decisões sobre territórios tradicionais e recursos locais, como também por consequências das degradações ambientais causadas por inundações, queimadas, poluição, situação precária de moradia etc. (Ferreira, 2024, p.6)

Esse tipo de racismo está diretamente ligado a falta de acesso a direitos básicos, como o saneamento, segurança, moradia e saúde nesses espaços. A falta de acesso a essas populações são resquícios e consequências de anos de exploração e escravização desses corpos, fazendo com que esse acesso seja limitado.

A geografia dentro desses dois pontos, território e racismo ambiental, é uma ciência fundamental para que nossos estudantes apreendam conceitos que são fundamentais dentro da própria realidade, reconhecendo espaços e história do território brasileiro, contribuindo para uma educação que repense as participações das populações negras, indígenas e quilombolas na construção do país em que vivemos.

7. Divulgação de Ações: O que tem sido feito

A construção sendo um processo contínuo e cíclico, os cadernos têm a função de contribuir para nossos estudos, ideias e ações, mas também é um espaço para divulgarmos e valorizarmos aquelas ações que já estão sendo implementadas nas unidades escolares.

Na intenção de promover ações pedagógicas interdisciplinares, o Colégio Estadual de Educação do Campo Salomão Elias Abdon, da CRE de Águas Lindas de Goiás, desenvolveu ao longo do ano o Projeto Origens, que contou com diversas ações voltadas para a implementação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08.

Dentre as ações, desenvolvendo o projeto "Só Vem ENEM", os professores Jéssyca e José Jordyr desenvolveram com os estudantes da 3ª série a temática "Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais", tendo como objetivo específico trabalhar a competência geral 2 da BNCC: Exercitar a abordagem científica, crítica e contextualizada no estudo de fenômenos sociais e culturais.



(Fonte: Acervo Pessoal. Colégio Estadual de Educação do Campo Salomão Elias Abdon)

No Colégio Estadual Quilombola Gregório Batista dos Passos, da CRE de Campos Belos, guiados pela professora Daliane Rodrigues Fernandes, foram

desenvolvidas ações utilizando do programa Jornada Ampliada, visando fortalecer e valorizar a identidade da comunidade e representatividades dos estudantes.

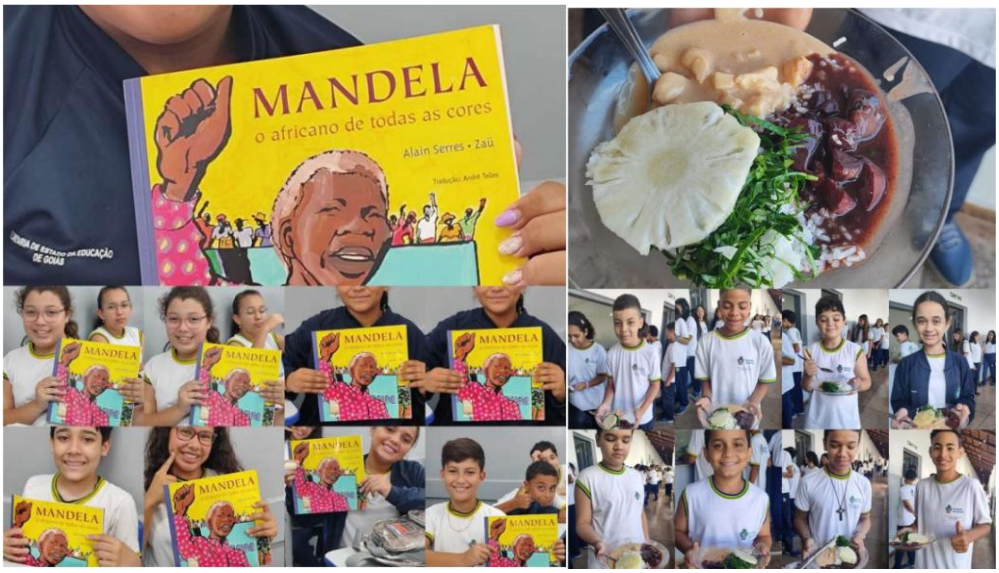
As atividades foram baseadas em práticas pedagógicas interculturais e metodologias ativas, valorizando os saberes ancestrais quilombolas da comunidade, o desevolvimento cognitivido e o pertencimento.

Uma das atividades desenvolvidas foi a árvore genealógica das familias da comunidade, entendendo a importância da valorização da história na construção do presente e do que se é. A atividade realizada é uma boa iniciaitiva para trabalhar tanto a história quanto as ciências naturais.



(Fonte: Acervo Pessoal. Colégio Estadual Quilombola Gregório Batista dos Passos)

Com base nas orientações pedagógicas, o Colégio Estadual Joaquim Pedro Vaz da CRE Inhumas, desenvolveu ações voltadas à promoção da equidade racial e valorização da cultura afrobrasileira. Segundo o relatório enviado pela unidade escolar: *Foram realizados estudos sobre Zumbi dos Palmares, Mandela, quilombos e movimentos de resistência negra, produção de murais temáticos, textos informativos, contação de histórias, leitura e análise de obras de autores negros (literatura infantil, poemas e biografias), rodas de conversa sobre racismo, preconceito, empatia e respeito às diferenças, trabalhos ilustrativos sobre símbolos da cultura africana, degustação de comidas de origem africana (atividade realizada com participação das famílias).*



(Fonte: Acervo Pessoal. Colégio Estadual Joaquim Pedro Vaz)

Entende-se a importância de se estudar o continente africano dentro do espaço da escola, mas também se torna importante regionalizar e trabalhar expressões e a historicidades de negro brasileiros bem como os povos indígenas. O Colégio Estadual de Período Integral Osmundo Gonzaga Filho da CRE Morrinhos, desenvolveu atividades que valorizassem e pensassem a cultura negra brasileira.

No dia 25 de novembro ocorreu a culminância das atividades voltadas para o debate étnico-racial com apresentações de poesia, *slam*, skate, roda de capoeira, sincretismo religioso, comidas típicas, desfile e música (ao vivo e automotiva). A ação chama a atenção porque trabalha culturas negras brasileiras, como o skate, o *slam* e o som automotivo, não fechando os olhos para o que os próprios estudantes consomem e produzem, valorizando suas identidades e criando o pertencimento com o espaço da escola e o entendimento sobre a arte e culturas periféricas.



(Fonte: Acervo Pessoal. Colégio Estadual de Período Integral Osmundo Gonzaga Filho)



(Fonte: Acervo Pessoal. Colégio Estadual de Período Integral Osmundo Gonzaga Filho)

8. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas

PLANO DE APRENDIZAGEM



Contos Africanos

- Dentro de sala de aula, nas aulas de leitura, interpretação de texto e movimentos correlacionados, escolha trabalhar e desenvolver literaturas negras e/ou indígenas
- Na sugestão abaixo estão disponíveis alguns contos africanos que podem ser trabalhados em sala de aula.

Sugestões extras

PLANO DE APRENDIZAGEM

Cálculos matemáticos

- Uma alteração que pode ser feita no componente curricular de matemática é a troca das situações problemas para a temática racial.
- Na sugestão apresentamos uma atividade com diversos problemas matemáticos que de alguma forma incluíram a temática racial em seus enunciados.

Sugestões extras



Atividades Pedagógicas



ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS
PARA APLICAR

PLANO DE APRENDIZAGEM

Práticas do Ensino de Ciências e Biologia para a Educação para as Relações Étnico-Raciais

- No documento sugerido apresentamos diversas opções de atividades que trabalhem as Ciências Naturais atreladas as questões étnico-raciais.
- Atividades como pesquisas, revisões bibliográficas, literaturas científicas, filmes e jogos.

Sugestões extras

PLANO DE APRENDIZAGEM

A Verdade sobre a Escravização das População Negra no Brasil

- A sugestão para a área das Ciências Humanas é trabalhar a verdadeira face da escravização da população negra.
- Nos vídeos documentários sugeridos temos relatos de pessoas que vivenciaram o processo de perto.

Sugestões extras

Atividades Pedagógicas



ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS
PARA APLICAR

9. Conclusão

É preciso voltar nossos olhares para o nosso fazer profissional dentro das escolas que atuamos. A sala de aula é local de aprendizado cotidiano, não apenas dos nossos estudantes, mas coletivo, incluindo nós professores, gestão e famílias.

Repensar e reorganizar nossas aulas, nossas ações, é uma atitude que demonstra comprometimento com as vidas dos nossos estudantes, que se alteram de maneira rápida. Permanecer em modelos de aula estáticos e que não se permitem ser alterados, é fechar os olhos para pautas necessárias e urgentes.

Quando criamos nas unidades escolares um ambiente que acolhe nosso estudante ao invés de expulsá-lo ou de cerceá-lo de alguma forma, criamos seres humanos comprometidos, críticos e pertencentes, que consequentemente se dedicam mais ao seu próprio processo de ensino-aprendizagem, zelando pelo espaço, material e imaterial, da unidade escolar.

A criação de uma educação libertadora é feita a partir de educadores comprometidos e ativos, retroalimentando um sistema que constrói cada vez mais estudantes dedicados, e consequentemente, comprometidos com a construção de uma educação antirracista, sem preconceitos e equitativa.

Referências Bibliográficas

BARROS, Marcos Alexandre de Melo. Encantar o ensino de ciências e biologia no movimento das relações étnico-raciais. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

Hooks, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

BISPO, Bruno Vilas Boas; LOBO, Rafaela Santiago. Horizontes compartilhados: sociologia e a temática étnico-racial no ensino médio. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

BONFIM, Marco; RODRIGUES, Vera. Cartilha de práticas pedagógicas: língua portuguesa: ensino médio: por um ensino de língua portuguesa em perspectiva antirracista. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024

BRASIL. Resolução Nº 5, de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. Lei Nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Diário Oficial de União, 2008.

CALIXTO, Tatiane. Etnomatemática para valorizar culturas e diversificar as aulas. Nova Escola, 2023. Disponível em: http://novaescola.org.br/conteudo/21771/etnomatematica-na-sala-de-aula. Acesso em: 09/12/2025.

FERREIRA, Franciele. Cartilha de práticas pedagógicas: geografia ensino fundamental: racismo ambiental: territorialidade e ancestralidade sob uma perspectiva geográfica. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

GONZAGA, Rhaysa Terezinha; GONÇALVES, Fábio Peres. A educação para as relações étnico-raciais no ensino e na formação de docentes de Química: implicações do campo de estudos sobre a branquitude. Quím. Nova Esc. – São Paulo, SP: 2024. Disponível em: https://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc46_3/03-EA-43-23.pdf. Acesso em: 11/12/2025.

IFER – Índice Folha de Equilíbrio Racial. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/indice-folha-de-equilibrio-racial-ifer/. Acesso em 10/11/2025.

JUSBRASIL. Qual a diferença entre racismo e injúria racial. Conselho Nacional de Justiça, 2015. Acesso em: 07/11/2025. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/qual-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial/195819339.

LIMA, Joana. Ensino de artes e as relações étnico-raciais. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024.

LIMA, Daniel de Oliveira. Uma abordagem curricular antirracista para a Matemática do Ensino Médio. Montes Claros, MG. 6° Fórum Nacional sobre Currículos de Matemática, 2024.
MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 3, Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

OTEMPO. Brasil pode levar quase 116 anos para atingir equilíbrio entre negros e brancos. Brasil, nov. 2022. Disponível em:

https://www.otempo.com.br/brasil/brasil-pode-levar-quase-116-anos-para-atingir-equilibrio-entre-negros-e-brancos-1.2768918. Acesso em: 10/11/2025.

PIRES, Thula e SILVA, Caroline Lyrio. *Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil*. COMPEDI, 2015. Disponível em: Academia.edu

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? (Feminismos Plurais) Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

VERASZTO, Estéfano Vizconde; CARNEIRO, Felipe Guimarães. Integração da física e cultura no ensino: perspectivas e projeções na busca pela etnofísica. Revista Estudos Aplicados em Educação, v. 8, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375957508_Integracao_da_fisica_e_cultura_no_ensino_perspectivas_e_projecoes_na_busca_pela_etnofisica. Acesso em: 11/12/2025.